

O ideal Humboldtiano de ensino e os desafios da sociedade do conhecimento: uma reflexão crítica

Demyan Belyaev

Palavras chave

Reforma da educação, história da educação, sociedade do conhecimento, Wilhelm von Humboldt.

Resumo

O discurso contemporâneo sobre a transição para a “sociedade de conhecimento” e o correspondente debate sobre a necessidade de intensificar as reformas da educação com vista a uma maior especialização e a uma maior orientação do ensino (sobretudo o superior) para as necessidades da economia são motivo para recordar a situação que se verificou na Alemanha (então Prússia) há 200 anos atrás. O ensaio revê a forma como a situação foi encarada por Wilhelm von Humboldt, um homem com uma visão idealista dos objectivos da educação, a quem foi dada a oportunidade de conduzir a reforma educativa do seu país. O que ele fez exactamente, ao que conduziu posteriormente a sua acção, bem como a relevância das ideias humboldtianas face aos desafios de hoje, são os temas discutidos neste artigo.

Title

The Humboldtian ideal of education and the challenges of the knowledge society: a critical reflection

Key words

Education reform, history of education, knowledge society, Wilhelm von Humboldt

Abstract

The contemporary discourse about the transition to the “knowledge society” and the accompanying debate about the need to intensify education reforms in the direction of a greater specialization and a greater orientation of the (especially higher) education towards the demands of the economy bring about a remembrance of the 200-year old situation in Germany (then Prussia) when a man with a particular idealistic view of the objectives of education, Wilhelm von Humboldt, got a chance to lead the national education reform. The article investigates what exactly he did, what it brought later, what challenges we face now and what relevance humboldtian ideas might possess for our day.

Reunido no ano 2000, em Lisboa, o Conselho Europeu, composto pelos chefes de estado dos países membros da União Europeia, declarou que o objectivo da Europa daí em diante seria tornar-se a economia mais dinâmica e competitiva do mundo – uma economia baseada no conhecimento. Mas que quer dizer exactamente: “baseada no conhecimento”? Em alguma medida, a actividade humana foi sempre baseada no conhecimento. O progresso social, económico e cultural esteve sempre ligado à produção e à aplicação de conhecimentos novos. Porém, na segunda metade do século XX, a ciência, a tecnologia, o trabalho com a informação e os recursos humanos altamente qualificados adquiriram um tal significado que surgiu, pela primeira vez, a ideia de que a civilização humana estava a entrar na fase da “sociedade do conhecimento”. O conhecimento tornou-se, de facto, o primeiro factor produtivo da economia, e o valor dos activos imateriais (ou seja, das várias formas do conhecimento) existentes nas grandes empresas ultrapassou o valor dos activos materiais.

No início do século XIX já alguns estudiosos comentavam que talvez houvesse uma correlação entre o nível do conhecimento e o nível do desenvolvimento dos países ou das regiões. Charles Dupin (1784-1873) mostrou que, na França, as regiões onde havia mais crianças a frequentar as escolas eram precisamente as que tinham as taxas mais altas de desenvolvimento económico. Um fenómeno muito parecido foi observado mais tarde por Joseph Fletcher (1813-1852), na Inglaterra. Olhando para a Europa inteira e comparando não regiões de um país, mas países ou grupos de países europeus vistos como um todo, podemos constatar que, de forma análoga, os países que primeiro atingiram um alto nível de alfabetização da população – tais como, por exemplo, a Suécia, a Alemanha, a Holanda ou a Suíça – são precisamente aqueles que hoje em dia revelam mais forte desenvolvimento económico e concentram maior riqueza. Em 1850, a quase totalidade da população destes países já sabia ler e

escrever. Por outro lado, os países que mais tardaram a atingir a alfabetização da maioria da sua população – alguns só em meados do século XX, como Portugal, a Grécia ou os países dos Balcãs – são hoje considerados os mais pobres e mais atrasados no seu desenvolvimento económico e social.

Em virtude destas evidências, muitos peritos internacionais, especialmente das organizações especializadas no apoio ao desenvolvimento, como a OCDE ou Banco Mundial, apressaram-se a decidir que a solução simples e garantida de todos os problemas do desenvolvimento consistia em difundir conhecimento, o que é normalmente interpretado, na sua forma aplicada, como educação e tecnologias. Por outras palavras, vamos atribuir mais diplomas às pessoas e utilizar mais recursos tecnológicos e isto, por si, bastará para melhorar o desenvolvimento de um país. Só que, na prática, nem tudo é assim tão simples.

Antes de mais, é importante sublinhar que a própria correlação entre conhecimento e desenvolvimento não é necessariamente causal. Será mesmo mais conhecimento aquilo que, no fim de contas, nos traz mais dinheiro ou, pelo contrário, tendo à partida mais recursos, podemos adquirir mais e, posteriormente, produzir mais conhecimento?

Por um lado, quando uma economia é fraca e muitas famílias não têm poupanças, vivendo de uma lavoura não mecanizada, no limiar da subsistência, é provável a tendência para empregar as crianças, desde pequenas, como ajudantes do trabalho dos pais, ao invés de as mandar para a escola. É o que acontece, por exemplo, nas sociedades preponderantemente agrícolas. Nas zonas rurais, a rede escolar pode estar pouco desenvolvida ou até ser inexistente, e mesmo que os pais queiram mandar as crianças para a escola não o poderão fazer por a mesma ficar muito longe. Para países com poucos recursos financeiros, também não é fácil implantar um uso abrangente das

tecnologias, que são dispendiosas quando importadas e, por vezes, ainda mais dispendiosas se forem criadas do zero dentro da economia doméstica, uma vez que isso requer investimentos fixos iniciais muito elevados.

Por outro lado, é também verdade que os cidadãos educados apresentam uma série das vantagens, que mais cedo ou mais tarde se reflectem no progresso económico do seu país. Por exemplo, se os camponeses não sabem ler, não poderão trabalhar em nada que não seja agricultura. Se, contudo, tivessem adquirido competências mínimas de literacia, poderiam, em caso de necessidade, mudar de actividade, tornando-se artesãos ou operários. Foi o que aconteceu, por exemplo, no século XIX, na Áustria, onde os camponeses, tendo sido alfabetizados, se dedicaram durante os meses de inverno, quando as actividades agrícolas cessavam, ao trabalho nas pequenas manufacturas rurais. Esta actividade revelou-se, mais tarde, uma importante pré-condição para que se efectuasse a industrialização do país de forma rápida e com sucesso. Parece óbvio, também, que uma população educada é mais receptiva à introdução de inovações, tanto tecnológicas como sociais, e está melhor preparada para uma utilização eficiente das mesmas. Além disso, uma população educada é habitualmente mais activa politicamente e mais propensa a assumir a responsabilidade pela sua própria vida. Isto contribui para a construção de uma sociedade civil caracterizada por um alto nível de confiança entre os seus membros, o que, por sua vez, diminui o custo das transacções na economia e aumenta o nível geral de eficiência da mesma.

Hoje, encontramos-nos num momento histórico em que a importância do conhecimento para o desenvolvimento parece ser amplamente reconhecida. Assim sendo, a sociedade contemporânea autoproclama-se “sociedade do conhecimento” e não é de todo surpreendente que no discurso público, com mais e mais frequência,

surjam debates sobre o futuro da educação e, em particular, do ensino universitário, sendo sugeridas reformas que visam o aumento da qualidade, da acessibilidade e da adequação do mesmo aos desafios e às exigências da nossa época. Nestes debates, especialmente no que concerne o ensino universitário, destacam-se três tendências principais: a da maior especialização, maior unificação e maior divulgação do ensino.

A tendência ou o argumento a favor da necessidade de uma maior especialização do ensino baseia-se na ideia de que o objectivo principal do ensino é dotar os recursos humanos com as competências requeridas pela economia, ou seja, pelo mercado do trabalho. Afirma-se que os conhecimentos adquiridos na escola e na universidade, muitas vezes, não têm muito a ver com aqueles que vão ser necessários para desempenhar tarefas específicas no posto de trabalho. Recomenda-se, em consequência, que as instituições de ensino superior, ao invés de oferecer um ensino generalista, com ampla variedade de disciplinas, se concentrem em ensinar melhor e com mais profundidade as matérias específicas que possam ter aplicabilidade concreta no futuro trabalho.

Os que falam de unificação (recordemos o chamado Protocolo de Bolonha) apontam para a necessidade de facilitar o intercâmbio internacional na área do ensino. Foi decidido que os programas de estudo em todos os países europeus devem ser estandardizados com base no modelo anglo-americano, dividindo-se o ensino superior em três etapas: o “Bachelor” (uma licenciatura, de três anos), o “Master” (um mestrado, de dois anos) e o doutoramento (normalmente de três anos). Este modelo é tudo menos autoexplicativo: por exemplo, na Alemanha ou na Rússia o esquema tradicional de ensino universitário era composto por cinco anos (diploma) mais três (doutoramento, destinado apenas aos interessados em ser docentes universitários ou investigadores científicos); na Grã Bretanha vigora o modelo 4 +

2 + 3 (que foi agora adoptado por todos, com a redução da duração do primeiro ciclo a três anos para não prejudicar os países onde, como na Alemanha, se pode iniciar o doutoramento após cinco anos de estudos universitários); na França, após dois anos na universidade obtinha-se o “diploma geral”, com mais um ano a licenciatura e após mais um (ou seja, ao final de quatro anos), o “mestrado”. Além disso, pretende-se que o número de horas de aulas necessário para a obtenção de cada um dos graus, e até os próprios programas das disciplinas sejam uniformizados.

A vantagem da unificação é permitir que uma pessoa que tenha terminado um ciclo num país possa, sem problemas, ser aceite no ciclo seguinte num outro país. A desvantagem é que, como disse o filósofo austríaco Konrad Liessmann, se em todo o lado for ensinado o mesmo e da mesma maneira, para quê, então, mudar de lugar? Ou seja, a desvantagem potencial é a perda das especificidades características dos sistemas de ensino dos vários países que fazem com que os ambientes académicos sejam diferentes – acima de tudo diferentes no seu espírito, diferença esta que servia de estímulo para conhecer os outros – e menos próximos do local onde estão implantados.

Finalmente, a terceira tendência actual que destacamos é a da maior divulgação do ensino, ou seja, do aumento do acesso a este. Para ilustrar esta tese referimos que o número de estudantes, em percentagem do total de pessoas com idade entre os 20 e os 30 anos, cresceu drasticamente na última década. Por exemplo, na Escandinávia atingiu 40% e, mesmo em Portugal, os 25%. Abrem cada vez mais instituições de ensino superior, matriculam-se e formam-se cada vez mais pessoas, e essa tendência constata-se por quase toda a Europa.

Que mais e mais pessoas tenham hoje acesso ao ensino é, sem dúvida, um fenómeno positivo. Como demonstram os resultados dos recentes “European Social Surveys”, um amplo inquérito à popu-

lação sobre diversos temas, conduzido na maioria dos países europeus, as pessoas com um nível de formação mais elevado são mais tolerantes, mais flexíveis e, curiosamente, também se sentem mais satisfeitas com a própria vida, isto é, são mais felizes. Concomitantemente existe um lado menos positivo na divulgação do ensino, sobretudo do ensino superior. Quanto maior é o número de pessoas que atinge um certo nível de qualificação, tanto menos valor esse nível tem no mercado de trabalho e na sociedade em geral. Se há algumas décadas atrás um diploma universitário de licenciatura já garantia um emprego e certo nível de vida, hoje não garante praticamente nada. Para um indivíduo se poder destacar entre tantos licenciados, hoje em dia há que ser mestre ou, melhor ainda, doutorado.

Por isso, ultimamente, cada vez mais, se ouve falar em “inflação” de educação. Existem cenários que indicam que não vai demorar muito até o grau de doutor, que durante séculos foi sinal de alguém que se havia decidido a dedicar-se à pesquisa e à investigação, passar a ser uma mera credencial suplementar na luta pelo desejado emprego numa empresa ou num organismo público. Este desenvolvimento tem custos tanto para o indivíduo como para a sociedade em geral. Se, no início do século XX, para o exercício de uma actividade, como a de gerente de banco ou de solicitador, bastava muitas vezes ter feito um tirocínio de um ou dois anos ao lado de um colega mais experiente, nos nossos dias já faltou mais para que se torne obrigatório que tal indivíduo seja doutorado. Da pessoa que desempenha actividades simples e rotineiras num escritório – que atende clientes, que transcreve documentos, que envia faxes – espera-se hoje que tenha feito um curso universitário! Ou seja, para fazer essencialmente a mesma coisa que há cem anos atrás, actualmente é preciso gastar muito mais tempo, dinheiro (“salários perdidos” que podiam ter sido ganhos durante os anos de estudo) - e, no fim de contas, saúde, pois a maioria das pessoas não supera sem danos,

pelo menos físicos, 3, 5 ou 8 anos sentado a uma mesa ou, agora, à frente do computador, lendo e escrevendo. É a este tipo de custos, de eficiência desperdiçada, que nos referimos quando dizemos que o aumento do acesso ao ensino aumenta também os custos individuais e sociais incorridos para formar um trabalhador encarregado de exercer funções específicas.

Tal é a situação, tal é a encruzilhada na qual nos encontramos hoje em dia no que respeita às questões fundamentais do ensino. Como aumentar a qualidade do ensino? Aumentando a quantidade de licenciados? Tornando o ensino igual em todo lado, após termos decidido qual é o melhor padrão? Fazendo-o mais especializado o mais cedo possível? Deverá o aluno começar já na escola primária a adquirir as competências relevantes para a sua futura profissão, que, como mencionado acima, talvez só consiga começar a exercer a tempo inteiro quando tiver um diploma universitário na mão?

Se nos sentimos perdidos perante estas questões, que parecem tão desafiadoras, quem sabe se não será por termos esquecido que elas já surgiram outras vezes na história (como reza no livro *Ecclesiastes*, tudo volta ao seu ponto de partida). Há precisamente duzentos anos, o cientista e diplomata alemão Wilhelm von Humboldt (1767-1835), irmão do notável Alexander von Humboldt, amigo próximo de Schiller e Goethe, foi designado pelo rei como responsável pela reforma do sistema educativo da Prússia, que se encontrava na altura numa situação muito semelhante àquela em que muitos se encontram hoje em dia, - com um objectivo a cumprir, com um futuro a construir. As escolas eram extremamente especializadas: havia as escolas chamadas elementares, as escolas para os habitantes das cidades, as “escolas de latim” e várias escolas profissionais. Os filhos das famílias nobres frequentavam as escolas de cavalheiros onde aprendiam a montar a cavalo, manejar a espada e danças de salão.

A organização da educação por profissões era uma consequên-

cia do pensamento da época do Iluminismo, que no final de século XVIII se tornou dominante em muitos países da Europa. O Iluminismo também aplicou o seu culto da racionalidade e da utilidade às questões educativas (basta recordar filósofos tão famosos como John Locke e René Descartes). Como resultado, a aprendizagem tornou-se um mero processo de decorar factos, números e regras, que atingiu o seu auge nas tais “escolas de latim”, onde se decoravam inúmeros textos em latim e se treinava à exaustão o uso das regras da gramática deste idioma.

Humboldt revolucionou a própria atitude para com a aprendizagem. O papel crucial da educação, na sua visão, passou a ser providenciar a *formação* das pessoas. A formação é muito mais a capacidade de pensar independentemente do que saber isto ou aquilo. A pessoa formada não é aquela que dispõe simplesmente de certos conhecimentos, mas sim aquela que sabe usar o seu conhecimento no momento certo e do modo certo. A educação deve constituir, conforme pensava Humboldt, o alicerce da personalidade, por cima do qual, mais tarde, vai ser erguido o edifício dos conhecimentos aplicados, cuja direcção será escolhida conforme os talentos e as preferências da própria pessoa.

Então, antes de mais, é preciso *aprender a pensar*. Humboldt sabia que pensar é um processo que envolve todo o espírito, envolve as emoções. Portanto para ensinar uma pessoa a pensar ele considerava necessário estimular não só a mente, mas também as sensações e a imaginação. Durante a formação a pessoa constrói a sua relação com o mundo, cria a ligação do seu ego com esse mundo, define o seu lugar no mundo. E para poder fazê-lo é preciso conhecer a experiência dos outros, consubstanciada nas obras de cultura dos tempos passados. Daqui resulta a necessidade de conhecer a história, a literatura e as artes.

Além disso, só pensamos algo claramente quando podemos ex-

pressá-lo por palavras; e quando falamos, somos forçados a refinar o nosso pensamento caso ele seja amorfo ou, de alguma forma, confuso. A língua que falamos condiciona aquilo que dizemos. Portanto, acreditava Humboldt, nada ajuda melhor a aprender o pensamento alheio que a aprendizagem profunda e detalhada das línguas estrangeiras.

Nas línguas e na cultura, Humboldt, diferentemente dos demais contemporâneos, dava a clara preferência ao grego e não ao latim. Na cultura da Grécia antiga vislumbrou um verdadeiro ideal nas várias áreas da actividade humana, desde a ética à estética. Os gregos alcançaram aquela harmonia entre a razão e os sentidos que escapou tanto aos romanos, perdidos na sua insaciável procura de conquista e poder, quanto à Europa cristã medieval que oprimia os sentidos e o livre pensamento, bem assim como à Europa da época do Iluminismo, rendida à industrialização e à busca do lucro a qualquer custo – e talvez mesmo à Europa dos nossos tempos.

Humboldt dividiu o processo da formação em três etapas. A primeira etapa era a da escola primária, chamada “elementar”, com a duração de quatro anos, onde as crianças somente aprendiam a aprender. Elas estudavam o idioma materno e também o uso dos números e das medidas. Para aqueles que tinham de interromper os estudos logo após o final desta fase, acrescentavam-se mais dois anos que incluíam um pouco de Geografia, de História e de História Natural.

Seguia-se o ciclo principal da escola, que tinha a duração de oito anos. Era este o período que Humboldt considerava crucial para o futuro sucesso ou fracasso da pessoa enquanto indivíduo *formado*. Na Alemanha de hoje existem dois tipos da escola secundária: o “ginásio” e a “escola real”. Só os formandos do ginásio têm direito de entrar na universidade. Este sistema tem sido criticado porque, de facto, contribui para que a divisão social entre pessoas se estabeleça

muito cedo. Além disso, é muito provável que o facto de uma criança seguir ou não estudos universitários dependa mais desta decisão ser tomada logo à saída da escola primária ou da posição social dos pais do que do desempenho e das capacidades da criança. Noutros países, uma divisão semelhante ocorre muitas vezes entre as escolas privadas (que são melhores) e as públicas.

Humboldt era tenaz opositor de qualquer tipo de segregação na escola. Se fosse por sua vontade, a Alemanha nunca teria conhecido a “escola real”. Contrariando aqueles que defendiam a educação diferente para diferentes classes sociais, argumentando que não havia razão para os filhos dos camponeses, ou dos artesãos, estudarem coisas que não lhes vão ser úteis na sua ocupação profissional, Humboldt revelou-se um grande humanista social. Façamos com que, sugeria, pelo menos na escola, a criança esqueça a dura realidade da vida quotidiana, mesmo sendo de proveniência mais humilde; dêmos-lhe a possibilidade, dentro da escola, de se descobrir e desenvolver de forma despreocupada e livre das dificuldades do quotidiano. Elevando o nível do ensino escolar acima do ministrado pelos professores domésticos, Humboldt acabou por forçar a nobreza a mandar os seus filhos para a mesma escola da burguesia, diluindo assim a fronteira entre essas duas classes nas gerações seguintes. A nobreza que até aí, durante séculos, tinha sido o principal portador da cultura, perdeu esse papel para a burguesia.

Durante o ensino secundário, o aluno construía um alicerce de tal forma sólido e amplo da sua formação que, depois, podia rápida e facilmente adquirir qualquer competência concreta que lhe fosse exigida pela vida. De facto, deixava de precisar de um professor, porque já tinha aprendido a aprender e podia fazê-lo sozinho. Nessa fase, o indivíduo prosseguia para as escolas profissionais (onde aprendia coisas directamente relacionadas com a profissão escolhida), ou para a universidade. Foi com este objectivo que, no ano

1810, Humboldt fundou a Universidade de Berlim, que até hoje permanece uma das cinco, assim chamadas, “universidades de excelência” da Alemanha.

É claro que, assumindo a escola secundária uma importância tão grande para o sucesso de todo o sistema educativo, tornou-se essencial o assunto da preparação e selecção dos professores. Até à chegada de Humboldt, a maioria dos professores das escolas eram jovens padres, que aguardavam uma vaga na Igreja. Humboldt alterou isso radicalmente. Ele acreditava que só um professor que faz investigação na matéria que ensina é verdadeiramente capaz de despertar entusiasmo por ela entre os seus alunos. Por isso, introduziu as comissões de avaliação dos professores escolares, compostas por cientistas. O novo exame para ser professor da escola tornou-se semelhante ao exame de doutoramento na universidade. Os professores já no activo tinham também que fazer esse exame se quisessem ser promovidos ou mudar para outra escola. As Faculdades de Letras abriram departamentos de pedagogia que começaram a preparar os “novos” professores. Simultaneamente, aumentaram consideravelmente os salários e o prestígio social da profissão docente.

Pode dizer-se: “era fácil fazer esse tipo de reformas num país tão rico como a Alemanha”. A verdade é que, no momento histórico em questão, a Alemanha ou, mais exactamente, a Prússia, onde Humboldt desenvolveu a sua actividade, atravessava um dos piores períodos da sua história. Devastado pela derrota na guerra contra Napoleão, em 1806, o país estava sob a ocupação dos franceses e tinha de lhes pagar enormes compensações. Os bens materiais do país estavam quase esgotados. A única esperança que sobrava era mobilizar as forças espirituais da população, e foi exactamente nisso que Humboldt apostou.

Foi apenas durante um ano que Wilhelm von Humboldt permaneceu na posição de responsável pelo sistema educativo do país.

Pressionado pelas intrigas dos adversários da reforma e por todo o tipo de invejas, que abundavam na corte prussiana, pediu ao rei a sua demissão em 1810 e partiu para Viena na qualidade de embaixador da Prússia. Mas o que ele conseguiu fazer durante esse único ano impregnou profundamente todo o sistema educativo alemão e, daí para diante, também os sistemas dos EUA e do Japão, que foram influenciados por este. Foi principalmente o sistema educativo alemão, reformado ou, praticamente, recriado por Wilhelm von Humboldt, o responsável pela impressionante ascensão da ciência alemã ao longo do século XIX, levando-a a ultrapassar a britânica e a tornar-se, em quase todas as disciplinas, a melhor do mundo, até pelo menos ao primeiro quartel do século XX. E, não fosse a tragédia da Segunda Guerra Mundial e a consequente migração em massa dos cientistas alemães para os EUA, quem sabe se não seria hoje o idioma alemão, e não o inglês, a “língua franca” da comunidade científica internacional.

Que ilações podemos então tirar desta historia para a situação em que nos encontramos hoje? O que é que podemos aprender com Wilhelm von Humboldt sobre como lidar com os desafios da sociedade de conhecimento?

Antes de mais, na nossa opinião, é muito importante distinguir entre sociedade do conhecimento e sociedade da informação. Hoje em dia confunde-se muito estas noções. Mas informação e conhecimento não são a mesma coisa! Pode ter-se informação, mas não a entender ou não saber usá-la, por não se ter conhecimento. Portanto, contribuem pouco para o avanço em direcção à sociedade do conhecimento as medidas colocadas exclusivamente ao serviço da sociedade da informação – como, por exemplo, distribuir computadores subsidiados pelos alunos do ensino básico, algo que está actualmente a acontecer em Portugal, e é considerado um grande progresso, ou mesmo exigir que as universidades dotem as pessoas das chamadas

“qualificações exigidas pelo mercado do trabalho”.

O conhecimento tem valor por si mesmo. Para o florescimento universal e harmonioso do indivíduo e da sociedade, a escola e a universidade não devem formar apenas para uma determinada profissão, mas providenciar sobretudo formação geral, exactamente como insistia Wilhelm von Humboldt há duzentos anos atrás. Com tanta informação disponível à nossa volta já não é possível aprender tudo. Mas não faz mal! Se aprendermos a entender o mundo que nos rodeia, ficaremos também capacitados para aprender uma ou outra coisa mais concreta quando for preciso. Por isso, o método de ensino não se deve concentrar em exercícios ou na memorização, mas sim na motivação e na aprendizagem por si própria. O aluno que não decorou, mas entendeu a matéria, não vai esquecê-la.

Um contributo não menos importante para o crescimento espectacular da Alemanha, no século XIX, foi também a liberdade espiritual que reinava nas escolas humboldtianas. Pois quando um aluno aprende a entender as coisas enquanto sujeito livre e autónomo, não vai deixar-se subjugar na sua vida como um mero objecto de um poder alheio. Quando a escola ensina não a realidade, mas antes de tudo as ideias, o aluno, ao sair dela, vai comparar a realidade com essas ideias e, em consequência, vai querer mudar a realidade. Deste modo a escola humboldtiana forma não só pessoas, mas *cidadãos* – e não é o que mais lamentamos nos países de cultura mediterrânea a falta de cultura cívica da população? Formar a pessoa e o cidadão e não o futuro empregado – eis o objectivo principal da educação.

É claro que à formação – a universitária incluída – nunca foram totalmente alheios os objectivos práticos. Mesmo nos tempos de Humboldt, os graduados pelas universidades ingressavam nas profissões mais comuns. Contudo, a formação universitária pressupõe que os seus graduados vão ingressar nas profissões que correspondem a posições sociais elevadas, que exigem acção em situações

imprevistas ou que envolvem interpretações concorrentes e conflitos entre normas. Assim, os juízes têm de lidar com os criminosos e com as partes em conflito, os professores da escola com o comportamento desviante dos adolescentes, os arquitectos com os engenheiros que criticam a viabilidade dos seus projectos, e assim por diante.

O mais importante que o estudante deve aprender durante os anos de estudo universitário é a ganhar a soberania, a lidar com um ambiente incerto e a agir nele com sucesso, no âmbito da profissão que escolher. O estudante deve aprender a actualizar o seu conhecimento, a processar eficientemente novas informações, a identificar causas e consequências, a separar o importante do acessório, a escolher correctamente entre as opções disponíveis de reacção.

Por outras palavras, através do estudo universitário deve ser adquirida a capacidade de fazer juízos cientificamente fundados e de agir com base nisso. Estas capacidades vão, depois, permitir a solução dos problemas que não podem ser conhecidos previamente durante os anos de estudo. É pois indispensável a presença da investigação numa universidade de futuro. A investigação treina exactamente as competências chave necessárias para o sucesso em qualquer profissão: o raciocínio crítico e analítico, a argumentação, o trabalho e a aprendizagem independentes, a tomada de decisões e a resolução de problemas.

Deste modo, como há duzentos anos atrás, são actuais as palavras de Wilhelm von Humboldt que escreveu:

“O estudante, diferente do escolasta, não é apenas aquele que absorve o conhecimento de outrem, é sim alguém que investiga por si próprio, sendo o professor apenas o guia da sua investigação”. Talvez seja isto o que tenhamos de assumir, hoje em dia, como meta para consumir, na prática, a união do ensino e da investigação numa universidade de futuro – se quisermos ter uma boa hipótese para integrar a verdadeira sociedade do conhecimento”.

Agradecimento

O autor agradece ao Prof. Doutor Manuel Loureiro a revisão do uso da língua portuguesa.